

Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório de avaliação e controlo

1ª Revisão do PDM - AAE (2015-2019)

Dezembro de 2023

Siglas e acrónimos

- AAE: Avaliação Ambiental Estratégica
- APA: Agência Portuguesa do Ambiente
- CIM: Comunidade Intermunicipal
- PDMPB: Plano Diretor Municipal de Ponte da Barca
- PO Norte: Programa Operacional Regional do Norte

- PO SEUR: Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
- QRE – Quadro de Referência Estratégico

Índice

1. Introdução.....	3
2. Princípios da estratégia proposta do PDM	4
2.1. Objetivos estratégicos do plano.....	4
3. Fatores Críticos para a Decisão.....	5
4. Análise dos indicadores de seguimento	9
5. Considerações Finais.....	11

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (referente ao período de 2013-2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC).

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Ponte da Barca (PDMPB) foi aprovada na sessão ordinária de 29 de abril de 2013 pela Câmara Municipal de Ponte da Barca e em 02 de maio de 2013 pela Assembleia Municipal de Cantanhede, tendo sido publicada através do Aviso n.º 9043/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 134, de 15 de julho de 2013.

No âmbito do processo de revisão do PDMPB, este foi sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da qual resultou uma Declaração Ambiental, publicada pela APA em 01/04/2013, em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

2. Princípios da estratégia proposta do PDM

A estratégia definida na revisão do PDM de Ponte da Barca assenta nos seguintes princípios estratégicos:

- Reforço da integração territorial do espaço concelhio, bem como da identidade física e cultural dos aglomerados urbanos;
- Acompanhamento das ligeiras tendências do crescimento populacional (nomeadamente na vila de Ponte da Barca), no sentido de manter/proporcionar a adequação aos interesses de desenvolvimento do concelho;
- Organização da rede urbana, de forma a preservar e reforçar a identidade dos aglomerados mais urbanos, adequando a expansão urbana ao objetivo de ordenamento sustentável, no sentido de evitar estrangulamentos às redes de infraestruturas e de equipamentos de serviço às populações e atividades;
- Reforço das infraestruturas e dos equipamentos necessários à preservação e acréscimo dos valores ambientais, prosseguindo objetivos de melhoria da qualidade de vida da população;
- Valorização do património cultural e paisagístico, como valor de fruição pela população e base de novas atividades económicas;
- Prosecação do acolhimento de atividades económicas, favorecendo a implantação dos serviços avançados e das indústrias/empresas, aliada a padrões de qualidade.

2.1. Objetivos estratégicos do plano

Face ao exposto, os objetivos estratégicos do plano foram sintetizados nos seguintes pontos:

- Reforçar a **integração territorial** do espaço concelhio e a identidade física e cultural dos aglomerados urbanos;
- Salvar/proteger os **valores naturais**, reforçando as infraestruturas e equipamentos necessários à preservação e acréscimo dos valores ambientais, prosseguindo objetivos de melhoria da qualidade de vida da população;
- Valorizar o **património cultural e paisagístico**, como valor de fruição pela população e base de novas atividades económicas;
- Organizar a rede urbana;
- Prosseguir o acolhimento de **atividades económicas**.

3. Fatores Críticos para a Decisão

No relatório de definição do âmbito foram definidos três Fatores Críticos para a Decisão (FCD) que constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar para melhor satisfazer os objetivos ambientais e um futuro mais sustentável. Sobre os mesmos pronunciaram-se apenas duas entidades, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), tendo as suas considerações sido integradas na definição do quadro final de FCD, critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores.

Os FCD definidos para a Avaliação Ambiental da revisão do Plano de Diretor Municipal de Ponte da Barca são:

- **Recursos naturais:** a valorização e salvaguarda dos valores naturais constituem a base para o crescimento de atividades e sectores fundamentais para o desenvolvimento e a diferenciação do concelho, nomeadamente a nível do turismo, do sector agro-florestal e da produção de energias renováveis. O PDM de Ponte da Barca contribuirá para a salvaguarda e proteção de valores naturais e ambientais únicos, com especial relevância para as áreas integradas no Parque Nacional da Peneda-Gerês e na Rede Natura 2000.

Incluem-se neste ponto a proteção e salvaguarda da fauna, flora, biodiversidade, solo, água, atmosfera, bem como, indiretamente, a saúde humana. O município de Ponte da Barca partilha de especificidades territoriais e culturais que, se por um lado podem ser entendidas como limitações, são também motivos de distinção local, que podem sustentar um desenvolvimento diferenciado e assente nos valores intrínsecos da região. A este nível destacam-se as populações rurais, que integram de forma equilibrada o espaço natural e os ecossistemas rurais, a área integrada no PNPG, os planos de água das albufeiras e do Rio Lima, entre outros.

- **Ordenamento do território** – o ordenamento do território será fundamental para o desenvolvimento dos espaços naturais, agrícolas e florestais. O PDMPB prevê, entre outros aspetos, a organização da rede urbana, o reforço e a integração territorial do espaço concelhio, a identidade física e cultural dos aglomerados urbanos e a criação de espaços para novas formas de turismo. O PDMPB impõe ainda a necessidade de dotar o concelho de infraestruturas e equipamentos que permitam o desenvolvimento socioeconómico e contribuam para melhorar a saúde humana e a qualidade de vida da população. Entre as infraestruturas previstas destaca-se o saneamento básico, a melhoria das acessibilidades internas que permitam a fixação de população nos seus locais tradicionais de habitação, bem como a dotação de equipamentos de perfil social. A implementação destes objetivos estratégicos poderá contribuir para melhorar e vitalizar a estrutura demográfica, contribuindo para a criação de emprego.

- **Paisagem e Património** – o PDMPB contribui para a dinamização e o desenvolvimento turístico, assente na promoção e divulgação das potencialidades naturais e paisagísticas, bem como do património cultural e edificado.

Quadro 1: Objetivos de sustentabilidade para os indicadores

FCD	Critérios de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Recursos naturais	Recursos Florestais	Promover a defesa da floresta contra incêndios e diminuir os riscos de incêndio florestal	Variação dos incêndios florestais (ocorrência e área ardida).
		Arborização e reabilitação da área florestal.	Proporção de área florestal (se possível desagrupada pelos tipos de povoamentos).
		Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer.	Número de espaços de lazer em áreas florestais (parques de merendas, zonas de paragem, etc.)
	Recursos Hídricos	Proteger e valorizar o meio hídrico.	Proporção de águas cujos níveis de qualidade não cumprem os níveis recomendados pela legislação aplicável, de acordo com os usos.
		Proteger os aquíferos subterrâneos	- Áreas ocupadas com usos incompatíveis com os sistemas de suporte do ciclo da água - Evolução do estado das águas subterrâneas
		Diminuição dos riscos de ocorrência de cheias e inundações.	- Número de ocorrências de cheias e inundações. - Cota de cheia registada no acesso à Ponte Romana. - Construções em área inundável (m ²)
	Solo	Salvaguardar e promover o recurso solo.	- Percentagem de área de solo arável por habitante; - Área de RAN afeta a usos não agrícolas. - Superfície agrícola útil - Áreas com risco ou processo de erosão em curso.
		Diminuir os riscos de poluição do solo	Situações de potencial afetação da qualidade do solo (p. e. depósitos clandestinos de resíduos, descargas acidentais de efluentes no solo, episódios acidentais de contaminação, etc.)
	Biodiversidade	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos.	- Áreas de sobreposição de usos incompatíveis com áreas de ocorrência efetiva de valores naturais. - Área integrada na Rede Fundamental de Conservação da Natureza. - Ações de alteração do uso e ocupação do solo (exceto atividades agrícolas), de instalação de infraestruturas e de alteração de cotas em espaços com valores naturais protegidos ou corredores ecológicos.

Ordenamento do território	Qualidade do ar e ruído ambiente	Diminuir a emissão de poluentes atmosféricos e os riscos de poluição atmosférica.	<ul style="list-style-type: none"> - Fontes de emissão de poluentes atmosféricos. - População exposta a níveis de ruído ambiente superiores aos limites legais. - Número de queixas relativas ao ruído ambiental.
		Diminuir a exposição da população a níveis elevados de ruído ambiental.	
	Resíduos	Diminuir a produção de resíduos.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de cobertura da rede de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (indiferenciados e recolha seletiva).
		Aumentar a fração de materiais recolhidos para reciclagem.	<ul style="list-style-type: none"> -Resíduos recolhidos (indiferenciados e recolha seletiva), captação.
	Infraestruturas e Equipamentos	Assegurar serviços de abastecimento de água potável e de drenagem e tratamento de águas residuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Proporção de habitações, familiares de residência habitual, com sistema de abastecimento público de água. - Proporção de habitações, familiares de residência habitual, ligados ao sistema de drenagem e/ou tratamento de águas residuais - Perdas de água associados à rede de abastecimento público. - Grau de eficiência do sistema de drenagem e de tratamento de águas residuais
		Reforçar a rede de acessibilidades internas.	Tempo médio de viagem entre os aglomerados rurais e a sede de concelho.
		Desenvolver uma rede de equipamentos de perfil social.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de médicos por 100 000 habitantes. - Número de enfermeiros por 1000 habitantes. - Número de enfermeiros por 1000 habitantes. - Taxa de cobertura do ensino pré-escolar; - População servida por equipamentos desportivos (piscina, pavilhão multiusos, campo de jogos)
		Fixação de população no local habitual de habitação (manter os aglomerados rurais)	Fixação de população no local habitual de habitação (manter os aglomerados rurais)
	Organização e do solo	Organizar áreas de expansão e de unidades operativas.	Relação entre as áreas de expansão propostas no PDM (por tipologia) e as áreas ocupadas.
		Diminuir os perigos de acidentes associados à instabilidade de vertentes	N.º de deslizamentos de vertentes detetadas e consequências associadas (prejuízos humanos e materiais)
Promoção dos sectores económicos	Prosseguir o acolhimento industrial e empresarial.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de empresas, por sector de atividade. 	
	Dinamizar o desenvolvimento turístico.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de camas em unidades hoteleiras (se possível por categoria de classificação). - Número de camas em unidades hoteleiras (se possível por categoria de classificação). 	
Energia	Garantir a utilização racional da energia	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a utilização racional da energia - Consumos energéticos na iluminação de espaços públicos. - Energia produzida a partir de fontes de energia renováveis. 	

Paisagem Património	e	Promover os valores paisagísticos e revitalizar as atividades económicas tradicionais garantindo a evolução equilibrada da paisagem e da vida;	- Área com ocupação agrícola e de pastagens. - Áreas desafetadas da REN e da RAN
		Promover a recuperação de áreas degradadas.	Área ocupada por espaços degradados (p.e. depósitos clandestinos de resíduos ou inertes, área de explorações de inertes, etc.).
		Valorizar, salvaguardar e proteger os imóveis e sítios de interesse patrimonial.	- Número de imóveis inventariados; - Número de intervenções (recuperação/conservação) em imóveis com interesse.
Paisagem			
Património cultural			

4. Análise dos indicadores de seguimento

Com a avaliação ambiental da proposta de revisão do PDM pretende-se averiguar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da execução das propostas do plano. Esta avaliação incide sobre os efeitos do plano nos três pilares da sustentabilidade, na sua componente económica, social e ambiental.

Neste ponto pretende-se averiguar os efeitos resultantes da execução das ações, que concretizam os objetivos do PDM, nos fatores críticos de decisão definidos na primeira fase da AAE, através do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão. A avaliação vai centrar-se em cada um dos critérios considerados que constituem os referidos FCD, explanando os potenciais efeitos positivos e negativos, isto é, os principais riscos e oportunidades.

Paralelamente à identificação dos riscos e oportunidades fazem-se recomendações que visam a potenciação dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos identificados, perseguindo o propósito de convergência com os vetores de sustentabilidade estabelecidos para cada um dos FCD.

Os efeitos ambientais causados pelas ações do plano foram classificados:

- No que se refere ao seu **potencial**, os efeitos foram classificados como positivos e negativos. Considerando-se como efeitos positivos aqueles que acarretam ganhos para o desenvolvimento sustentável.
- Os efeitos foram ainda identificados de acordo com a sua **natureza** - direta ou indireta, dependendo se o efeito observado deriva diretamente ou não das ações definidas no Plano. Considera-se como direto quando é determinado pelo PDM e indireto quando os efeitos se devem não ao Plano mas às atividades com ele relacionadas;
- Relativamente à **importância** (significado relativo) os efeitos ambientais resultantes do Plano em análise serão classificados como insignificantes, pouco significativos, significativos ou muito significativos (grande significado). Esta hierarquização permite determinar o grau de preocupação com que o efeito deverá ser encarado pelo público afetado, os impactes muito significativos e significativos, deverão ser analisados com maior relevância a ponto de se proporem medidas de minimização da sua evolução durante as fases de implementação do Plano.

A seleção de indicadores foi condicionada pela dificuldade na obtenção de informação que permita o seu cálculo. Na sua definição tentou optar-se por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos. Com a evolução do processo de monitorização, e da sistematização da informação disponível, deverá proceder-se à adaptação gradual dos indicadores, de modo a melhorar sua representatividade e a permitir uma melhor aferição sobre o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos.

Deste exercício resulta um conjunto de 43 indicadores, aos quais foi efetuada uma análise da sumária dos valores apurados para aos critérios e indicadores definidos.

Do conjunto de indicadores, existem alguns para os quais não foi possível obter a informação. A causa para a ausência de informação é identificada, caso a caso, consoante se trate de:

- Indicador desadequado ao âmbito da avaliação;
- Inexistência de dados desagregados ao nível do concelho;
- Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização

Recursos naturais

Recursos Florestais

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
Recursos Florestais	Variação dos incêndios florestais (ocorrência e área ardida).	ha e n.º	- Diminuir a área florestal ardida e o número de incêndios florestais	--	408,4 ha N.º 167	750,3 ha N.º 133	1168,9 ha N.º 153	728,3 ha N.º 120	120,2 ha N.º 80	Variação da área ardida.	Não
	Proporção de área florestal (se possível desagrupada pelos tipos de povoamentos).	% e ha	- Manter a área florestal integrada na sub-região Ázere-Touvedo e no PNPG, e aumentar em dois pontos percentuais no Vale do Lima. *	--	0	0	0	0	0	Inexistência de dados desagregados ao nível do concelho.	N.A
			- Aumentar os povoamentos de carvalho, castanheiro e outras folhosas	--	0	0	0	0	0	Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	
	Número de espaços de lazer em áreas florestais (parques de merendas, zonas de paragem, etc.).	N.º	--	1	2	0	0	0	0	- Parque de Merendas junto ao Santuário Senhora da Paz em Vila Chã S. João - Parque de Merendas junto ao rio Lima no Campo da Feira em Ponte da Barca -Arranjo urbanístico do Espaço de Lazer da Fonte Santa em Bravães	Sim

*Tendo como referência as metas definidas no PROF do Alto Minho, para os anos de 2025 e 2045, sendo para as regiões/sub-regiões: de Ázere-Touvedo: 74% (estimativa atual); 74% (em 2025) e 74% (em 2045); do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG): 91% (estimativa atual); 91% (em 2025) e 91% (em 2045) e para a região de Vale de Lima: 43% (estimativa atual); 44% (em 2025) e 45% (em 2045). Nota: os valores referem-se ao total de cada região do PROF e não ao concelho de Ponte da Barca

N.A. Não aplicável

Em termos médios para o último quinquénio (2015 a 2019), constata-se que é a União das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil que regista a área ardida mais elevada (135,3ha em média por ano), seguindo-se a União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas (111,3ha em média por ano). Inversamente, verifica-se que é a freguesia de Nogueira que apresenta a área ardida menos significativa no decorrer do último quinquénio (0,6ha em média por ano).

Recursos Hídricos Superficiais

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
Recursos Hídricos	Proporção de águas cujos níveis de qualidade não cumprem os níveis recomendados pela legislação aplicável, de acordo com os usos.	%	- Diminuir/anular	-	-	-	-	-	-	Os dados referentes a estes indicadores não se encontram disponíveis no Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH). Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	Não
	Áreas ocupadas com usos incompatíveis com os sistemas de suporte do ciclo da água	ha	- Diminuir/anular	-						Os dados referentes a estes indicadores não se encontram disponíveis no Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH). Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A
	Evolução do estado das águas subterrâneas	Classe	- Melhorar gradualmente até atingir um bom estado							Os dados referentes a estes indicadores não se encontram disponíveis no Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH). Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A
	Cota de cheia registada no acesso à Ponte Romana.	n.º	- Diminui as ocorrências e os prejuízos associados	-						Não existiram licenciamentos durante este período em zonas ameaçadas pelas cheias	Sim
	Construções em área inundável (m²)	m m²	- Aferir o impacto do funcionamento da Barragem do Touvedo - Diminuir/anular	-						O PGRI de 1º ciclo e 2º ciclo prevê a medida " Promover a galeria ripícolas nos afluentes às albufeiras com influência na Zonas Críticas " nas albufeiras de Alto Lindoso e Touvedo, para redução de caudal para diminuir a área inundada. Não existiram novos licenciamentos em zona ameaçadas pelas cheias.	

A ocorrência de cheias e inundações tem mais impacto na área urbana do concelho, tendo sido registadas, no site de informação riskam.ul.pt/disaster/, 6 ocorrências (dados de 2012). O concelho totaliza 0,4% do conjunto de cheias e inundações com efeitos danosos registados em Portugal Continental, situando-se no 55º lugar do ranking nacional.

- Relativamente à qualidade da água na Praia Fluvial do Rio Lima, de acordo com os dados do SHIRH, não existem dados de 2015 a 2017, em 2018 terá tido sido classificada como "Má", em 2019 não existe informação e nos restantes anos até 2023 terá sido classificada como "Aceitável". De referir que face às análises efetuadas neste parâmetros, o município tem efetuados procedimentos de forma a melhorar a qualidade da água da praia fluvial.

Solo

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor						Evolução	Alcance da Meta
				2015	2016	2017	2018	2019			
	Porcentagem de área de solo arável por habitante	%	- Manter ou aumentar	0,05/ha (2009)	-	-	-	-	0,03/ha (2019)	De acordo com os dados do RGA 2019 houve redução de Terra arável de 2009 para 2019.	Não
	Área de RAN afeta a usos não agrícolas	ha	Diminuir	185,43 ha (exclusões da RAN – proposta)	-	-	-	-	4656,39 ha	O valor refere-se à área permitida para utilização para outros fins, nomeadamente para Turismo, Habitação, Edifícios Agrícolas e Anexos.	Não
	Superfície agrícola útil	ha	Diminuir	3830ha (21% conceho RGA 2009)	-	-	-	-	8433 ha RGA 2019	Aumento da Superfície Agrícola Útil	Sim
Solo	Áreas com risco ou processo de erosão em curso.		Diminuir	8258,79 (Área em REN)					8258,79 (Área em REN)	Área manteve-se em REN	Sim
	Situações de potencial afetação da qualidade do solo (p. e. depósitos clandestinos de resíduos, descargas acidentais de efluentes no solo, episódios acidentais de contaminação, etc.)	n.º ou área afetada	Diminuir/anular	Não foram identificadas situações específicas					0	Não foram identificadas situações específicas	Sim

Biodiversidade

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
	Áreas de sobreposição de usos incompatíveis com áreas de ocorrência efetiva de valores naturais.	ha	- Diminuir	Indicador de seguimento						Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A
Biodiversidade	Área integrada na Rede Fundamental de Conservação da Natureza.	ha	- Manter	- PNPG e ZPE da Serra do Gerês – 52% do território concelhio - Sitio Peneda/Geres – 59,1% - Sitio Rio Lima – 2% - RAN proposta – 15% - REN proposta – 53,5%						Manteve-se	Sim
	Ações de alteração do uso e ocupação do solo (exceto atividades agrícolas), de instalação de infraestruturas e de alteração de cotas em espaços com valores naturais protegidos ou corredores ecológicos.	n.º ou área afetada	Diminuir							Não se verificaram alterações decorrentes de instalações de infraestruturas	Sim

Qualidade do ar e ruído ambiente

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
Ruído do ar e ruído ambiente	Fontes de emissão de poluentes atmosféricos	N.º	- Diminuir	Não foi possível aferir o valor atual	-	-	-	-	-	Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A
	População exposta a níveis de ruído ambiente superiores aos limites legais.	N.º	-Diminuir/manter	Não foi possível aferir o valor atual	-	-	-	-	-	Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A
	Número de queixas relativas ao ruído ambiental.	N.º	Diminuir/anular	Não foi possível aferir o valor atual	-	-	-	-	-	Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	N.A

Resíduos

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
	Grau de cobertura da rede de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (indiferenciados e recolha seletiva).	%	100%	100% Indiferenciados 3 Freguesias sem ecoponto	-	-	-	-	-	Todas as freguesias possuem um centro de recolha seletiva	Sim
Resíduos	Resíduos recolhidos (indiferenciados e recolha seletiva), capitação.	kg/hab		Indiferenciados – 3631 ton Papela e cartão – 101 ton Plástico e metal – 71 ton Vidro – 167 ton Pilhas – 4 ton	Indiferenciados- 3629,58	Indiferenciados- 3657,42	Indiferenciados- 3807,18	Indiferenciados- 3914,98	Indiferenciados- 3929,54	Verifica-se um aumento de recolha	Sim

Ordenamento do território

Infraestruturas e Equipamentos

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução	Alcance da Meta
Infraestruturas e Equipamentos	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual, com água canalizada	%	Aumentar meta: - ≥ 95% da população ⁱⁱ até 100% nos locais onde este valor já foi ultrapassado.	97%						Dados de 2011- 98,0%	Sim
	Proporção de alojamentos familiares de residência habitual com sistema de drenagem de águas residuais	%	Aumentar, Meta: ≥ 90% da população ⁱⁱⁱ até 100% nos locais onde este valor já foi ultrapassado							49% da malha urbana Ponte da Barca (90%), Paço Vedro de Magalhães (70%), Oleiros (60%), Vila Nova de Muía (50%), Vade S. Tomé (100%), Nogueira (50%), S. Martinho de Crasto (10%), Vade S. Pedro (10%), Cuide de Vila Verde (100%)	Sim
	Perdas de água associados à rede de abastecimento público	% ou m3	Não foi possível apurar o valor atual		223273 m ³ /ano 39%	129666 m ³ /ano 27%	213248 m ³ /ano 32,4%	226642 m ³ /ano 37,4%	311279 m ³ /ano 44,8%	Aumento das perdas de água nas condutas por adução reservatório e ramais de ligação	Não
	Grau de eficiência do sistema de drenagem e de tratamento de águas residuais	%/n.º	Diminuir anular as situações de incumprimentos das normas de descarga							Inexistência de dados mais atualizados para o período de monitorização	Não
	Tempo médio de viagem entre os aglomerados rurais e a sede de concelho.	min	Diminuir/manter							A duração média das deslocações diárias das deslocações de casa ao trabalho/estudo: Dados 2011 – 11,69 minutos Dados 2021 – 16,63 minutos	Não
	Número de médicos por 100 000 habitantes.	n.º	1,8		2,3	2,5	2,5	2,7	2,7	Dados censos 2021	Não
	Número de enfermeiros por 1000 habitantes.	n.º	3,7		5,3	5,0	1,4	6,0	5,6	Os dados foram retirados do INE	Sim
	Número de serviços de apoio à terceira idade e população servida	n.º	Aumentar/manter	1 Lar de Idosos (80 utentes) 4 Centros de dia (109 utentes) Serviço de Apoio Domiciliário (140 utentes)						2 Lares de Idosos (157 utentes) 4 Centros de Dia (107 utentes) Serviço de Apoio Domiciliário (293 utentes)	Sim
	Taxa de cobertura do ensino pré-escolar;	n.º	Suprir as necessidades da população existente		216	2020	234	208	186	Existem no concelho 4 estabelecimentos de educação pré-escolar, dos quais 3 pertencem à rede pública e 1 à rede solidária.	Sim
	População servida por equipamentos desportivos (piscina, pavilhão multiusos, campo de jogos)	n.º	Aumentar	15	1					Aumentou com a construção do Polidesportivo ao lado do Pavilhão Municipal	Sim
População residente, por aglomerado/freguesia rural.	%	Não foi possível apurar o valor atual							Os dados existentes são relativos a Censos 2011. Até à data não existem dados relativos à Subseção dos censos 2021.	N.A	
Organização ocupação do solo	Relação entre as áreas de expansão propostas no PDM (por tipologia) e as áreas ocupadas	%	Garantir a ocupação gradual, até 100%							Não foi executada nenhuma UOPG	Não
	N.º de deslizamentos de vertentes detetadas e consequências associadas (prejuízos humanos e materiais)	n.º	Diminuir / anular ⁱ					8		Apenas existem dados para o ano de 2019	Não

Promoção dos sectores económicos	Número de empresas, por sector de atividade	n.º	Aumentar/manter (promover alguma diversidade)							Censos 2009-2021 Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (2009 – 28-304) Indústrias extrativas (2009 – 3 2021-2) Indústrias transformadoras (2009 – 46 2021-55) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (2009 – 0 2021- 2) Captação, tratamento e distribuição de água (...) (2009 – 0 2021- 1) Construção (2009 – 171 2021-200) Comércio por grosso e a retalho (...) (2009 – 233 2021-202) Transporte e armazenagem (2009 – 40 2021-28) Alojamento, restauração e similares (2009 – 127 2021-131) Atividade de Informação e comunicação (2009 – 6 2021-10) Atividades imobiliárias (2009 – 14 2021-25) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (2009 – 61 2021-76) Atividades administrativas e dos serviços de apoio (2009 – 84 2021-115) Educação (2009 – 58 2021-44) Atividades de saúde humana e apoio social (2009 – 61 2021-93) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (2009 – 16 2021-23) Outras atividades de serviços (2009 – 47 2021-50)	2021	Sim
	Número de camas em unidades hoteleiras (se possível por categoria de classificação).	n.º	Aumentar/manter (garantir qualidade)	225	357	506	526	536	562	Aumentou	Sim	
	Número de turistas, por ano (e/ou taxa de ocupação dos empreendimentos turísticos)	n.º/ano	Aumentar/manter	Dormidas alojamentos turísticos 2009-2029	7.305	11.622	19.138	17.821	25.418	Aumentou	Sim	
	Fração de edifícios certificados energeticamente (por classe)	%	Aumentar/manter classes com melhor desempenho		140	149	178	199	214	Aumentou	Sim	
Energia	Consumos energéticos na iluminação de espaços públicos.	kW/m ² de espaço iluminado	Diminuir/manter							Inexistência de dados desagregados ao nível do concelho	N.A	
	Energia produzida a partir de fontes de energia renováveis, por tipologia de fonte de energia renovável.	kW	Aumentar/manter							Inexistência de dados desagregados ao nível do concelho	N.A	

ⁱ De acordo com o definido no PERSU II para reciclagem total de resíduos de embalagens incluindo embalagens de vidro, papel e cartão, plástico, metais e madeira

ⁱⁱ Meta definida pelo PEAASAR II para o ano de 2013, devendo ser atualizada face às opções estratégicas que venham a ser tomadas nessa data.

ⁱⁱⁱ Meta estabelecida no PEAASAR II para o ano de 2013, devendo ser atualizada face às opções estratégicas que venham a ser tomadas nessa data

^{iv} O PNUEA propõe atingir uma eficiência de utilização da água de 80%, em 10 anos (relativamente à água para consumo humano)

Paisagem e Património

Critérios de avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Metas/ objetivos	Valor						Evolução	Alcance da Meta
					2015	2016	2017	2018	2019		
Paisagem	Área com ocupação agrícola e de pastagens.	ha	Manter	2010- 2799,78 ha	2945,00 ha			2486,68 ha		Diminuiu	Não
	Áreas desafetadas da REN e da RAN	ha	Diminuir/anular	Exclusões da RAN (delimitação da RAN) 225,4 Exclusões da REN 0,83 ha			Exclusão da REN (C4) 0,05 ha Exclusão da REN (E1) 0,015 ha			Processos de delimitação da RAN ainda em elaboração Processos de delimitação da REN ainda em elaboração	N.A
	Área ocupada por espaços degradados (p.e. depósitos clandestinos de resíduos ou inertes, área de explorações de inertes, etc.).	ha	Diminuir/anular	4569 ha (áreas ardidas)	431,69 ha	7065,98 ha	924,76 ha	406,88 ha	69,66 ha	Diminuição das áreas ardida, em 2015,2018 e 2019	Sim
Património cultural	Número de imóveis inventariados	n.º	Aumentar/manter							Manteve-se	Sim
	Número de intervenções (recuperação/conservação) em imóveis com interesse.	n.º	Garantir uma intervenção e recuperação permanente do património	150 Elementos património arquitetónico 85 Elementos património arqueológico 4 Elementos património natural	Classificação como Património Municipal do Antigo Edifício da GNR			Proposta para classificação Igreja e Antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca		Efetuada algumas intervenções de recuperação/reabilitação de património arquitetónico.	Sim

5. Considerações Finais

Da avaliação dos indicadores previstos em AAE, para o período 2015-2019, não se evidenciaram transformações que tivessem como consequência efeitos significativos quer no PDM.

Da análise dos indicadores verifica-se que o município valorizou os valores naturais aumentando o reforço de infraestruturas, nomeadamente, a rede de águas residuais, rede fibra e melhoramentos na rede de abastecimento de água, na preservação dos valores ambientais, com o aumento dos valores de recolha de resíduos, indiferenciados ou recolha seletiva e melhoramento da rede viária que permitiu melhor acessibilidade dos meios rurais ao núcleo urbano do concelho.

No entanto, realça-se a necessidade de aumentar o desenvolvimento de medidas para atingir os objetivos estratégicos, nomeadamente na área económica, com a execução das UOPG previstas, promoção medidas de acolhimento empresarial e prosseguir o acolhimento de atividades económicas.